

Constituinte é soberana e pode tudo no País

Deputado João Gilberto diz que as instituições se tornam provisórias e teme a instabilidade

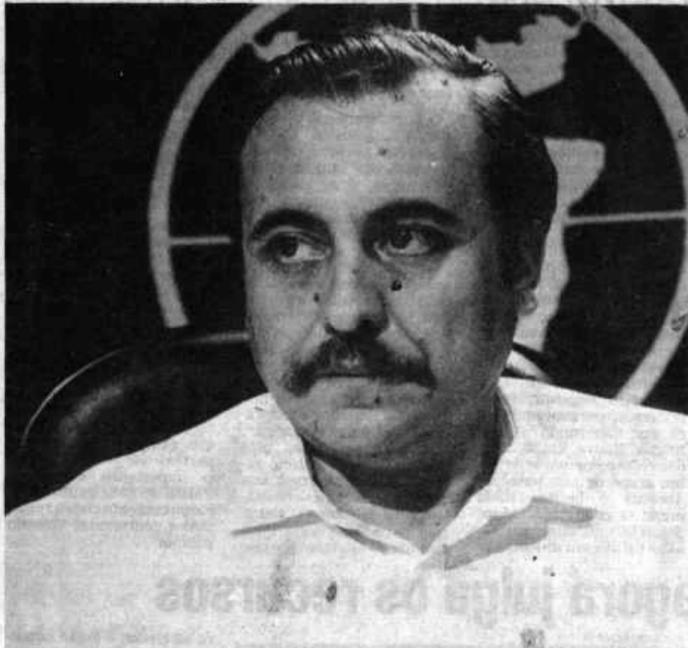
ALFREDO LOBO
Repórter Especial

O que significa a palavra "soberana", que qualifica a Assembleia Nacional Constituinte na própria emenda constitucional que a convocou? Significa que reinará sobre o País e que todas as instituições do Estado, tornadas provisórias com a instalação do processo constituinte, a ela se submetem — inclusive os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo.

O deputado João Gilberto não estará na Constituinte para defender esse ponto de vista. Desencantado com o parlamento, não concorreu à reeleição para um quarto mandato pelo Rio Grande do Sul e aceitou uma sublegenda do PMDB, como candidato ao Senado sem chance de vitória, apenas para ajudar seu companheiro José Fogaça a derrotar o pedessista Nelson Marchezan. E, no entanto, um constitucionalista respeitado e suas posições têm peso no Partido, especialmente na área progressista.

Para ele, a instabilidade política e institucional que a provisoriedade do Governo vai gerar exige "grande competência política e seriedade" para evitar uma crise institucional "sem precedentes". João Gilberto preocupa-se especialmente com a indefinição em torno da instalação da Constituinte, a eleição de seu Presidente e a questão do funcionamento paralelo do Congresso — que na sua opinião deve ser posto em recesso e nem sequer eleger suas Mesas Diretoras.

João Gilberto defende um acordo prévio entre os partidos, para o encaminhamento de soluções consensuais que permitam a instalação da Constituinte, dia 1º de fevereiro, num clima de esperança e não de crise. "A instalação da Constituinte deve ser uma porta aberta para a inauguração da Nova República", afirma o deputado nesta entrevista ao CORREIO BRAZILIENSE.



João Gilberto quer definir parâmetros para funcionamento da Constituinte

ANC 88
Pasta Novembro/86
098

Defende, então, o controle da economia pelo Estado?

— Só que o Estado não pode ser privatizado. No Brasil o que aconteceu foi a privatização do Estado. Então ele tem um aparente domínio dos meios de produção em alguns setores, mas ele próprio não serve ao interesse de todo o povo. Houve uma privatização do aparelho do Estado em favor de determinado corte da sociedade ou até em favor de interesses muito claramente identificados. Num Estado que seja realmente propriedade de seu povo, ele pode e deve até ter o planejamento básico

“A Constituinte é um poder. Todas as instituições do País são a ela submetidas”

da economia e os instrumentos que sejam necessários para cumprir esse planejamento.

O sr. não volta para o Congresso. No entanto tem todo um serviço a prestar ao País, como político, com suas idéias, sua competência de constitucionalista. Qual é o seu futuro, em relação à Constituinte?

— Eu sou um militante de idéias. Quanto à Constituinte, pretendo ajudar no acompanhamento popular dela. Ligado não à instituição, mas sim aos setores organizados da população que vão acompanhar a Constituinte, tentar fazer chegar a ela suas idéias, suas legítimas pressões. Então eu vou me envolver o máximo possível nesse trabalho de acompanhamento popular da Constituinte.

Pessoalmente, o sr. acha que o mandato do presidente Sarney deve ser de quanto tempo?

— Sobre o governo de transição, acho que só vamos ter condições concretas de escolher o melhor mandato ao final dos trabalhos da Constituinte. Vamos ver a realidade política do País no final da Constituinte. Vamos ver que salto o País deu. E aí decidir.

Qual a idéia que o sr. tem sobre a tese de que o mandato do presidente José Sarney é intocável por "direito adquirido"?

— Não existe direito adquirido perante um processo constituinte. Isso é líquido e certo. A característica básica do processo constituinte é que, uma vez ele instalado, as instituições todas, não só o mandato presidencial, ganham o caráter de provisórias, temporárias, porque o País está sendo reconstituído. Se não, o processo constituinte não poderia alterar o próprio regime, decidir entre parlamentarismo e presidencialismo. Todas as instituições ficam provisórias. O próprio Governo, também.

A Constituinte é um poder. Não é uma reunião de pessoas para escrever uma nova Constituição. Todas as instituições do País são submetidas a esse poder.

Seria esse o significado da palavra soberana? Quer dizer, é soberana no sentido de poder tudo no País? Ela está acima de todos os poderes do Estado, inclusive do Executivo?

— Sem dúvida, e inclusive do Judiciário. Não há nenhum poder instituído perante a Constituinte. E desta vez, no ato convocatório, saiu essa declaração expressa. Nem precisaria, mas até por força do debate que se dava no País foi declarada a soberania. Portanto a Constituinte representa a absoluta soberania nacional. Se há soberania, há soberania. Não há nada acima dela. E, esse é um aspecto que ao mesmo tempo garante legitimidade, dá força ao processo constituinte, e por outro lado é o seu grande ponto crítico, porque vai aumentar enormemente a instabilidade nacional enquanto o processo constituinte se dá.

Isto reclama das forças políticas do País muita competência. Precisamos uma constituinte que seja ágil, que seja operacionalmente capaz de dar ao País, no prazo mais curto possível, a Constituição que o povo quer.

Essa instabilidade decorre do fato de todos os poderes estarem outra vez colocados em jogo.

— Exato. De nós estamos mudando, sem saber para onde. Toda mudança cria uma instabilidade, mesmo quando é uma mudança para melhor. Diga-me que você receba uma oferta de um trabalho melhor em outra cidade. Essa mudança cria instabilidade — é a família, a escola, etc. Imagine uma mudança total em um País. Cria uma instabilidade de todo mundo estar sem saber para onde vai. Eu noto por exemplo professores preocupados com uma coisa pequena, que nem precisava estar na Constituição, mas que está aí, que é a aposentadoria privilegiada.

Então, de repente, lá no interior a gente vê que o professor está preocupado com a Constituinte, em saber se vai perder aquele direito que adquiriu nesta outra Constituição, depois de muita luta. Então, na verdade, todas as instituições ficam provisórias e tudo fica instável no País. Daí que é necessário uma competência enorme no funcionamento da Constituinte. Não o que vai ser deliberado, porque aí é a força do voto, mas o funcionamento deveria ser motivo de um pacto entre as forças políticas do País. Defendo isso há muito tempo, porque a própria instalação da Constituinte hoje é um ponto de interrogação. Pela primeira vez nós temos na História do Brasil uma constituinte que vai se instalar sem que previamente lhe tenha sido decretado como vai funcionar.

Iso, por outro lado, não aumenta a liberdade da Constituinte. A emenda convocatória exige que, além de soberana, ela seja também livre.

— Ela vai ser instalada como convém, com as mãos totalmente livres. Ela não tem sequer prazo para concluir os seus trabalhos. Isso aumenta a legitimidade da Constituinte, aumenta a liberdade da Constituinte, mas aumenta também a instabilidade. Se as forças políticas forem competentes, elas vão sentar numa mesa para fazer um acordo sobre pontos de funcionamento, principalmente sobre pontos de instalação da Constituinte. Se não vamos ter no dia 1º de

fevereiro o seguinte quadro: senta o presidente do Supremo Tribunal Federal na Mesa, recebe os diplomas dos constituintes que foram eleitos, declara instalada a Constituinte — e como é que vai eleger o presidente? E por maioria absoluta ou por maioria simples? Deve eleger um presidente ou uma Mesa? A Mesa deve ser integrada por representantes de constituintes de uma forma geral ou tem que ter uma relação de alguns senadores e alguns deputados? Os senadores de 82 participam ou não da votação? Todas essas questões deveriam ser motivo de um entendimento entre os partidos.

Imaginemos o seguinte quadro caótico, do qual infelizmente não vamos estar totalmente afastados: que o presidente do STF não consiga concluir essa sessão. Ou seja, que as divergências que surjam sobre a maneira de escolher o presidente da Constituinte se

“Não pode haver uma Mesa da Câmara e uma do Senado mandando na burocracia”

Jam tão grandes que não se conclua a sessão de instalação. Todas as instituições do País postas em caráter provisório e a Constituinte não sabendo se resolver, nós caminharíamos para uma crise institucional sem precedentes. E preciso muita responsabilidade nesta hora.

Uma ala majoritária do Senado tem dificultado esse acordo num ponto crucial, que é o funcionamento ou não do Congresso paralelamente à Constituinte. Os senadores temem que a Comissão Representativa proposta pelo deputado Ulysses Guimarães introduza o unicameralismo no Brasil.

— Nos últimos anos o Senado vem tomando algumas atitudes assim. Se transformando num contraponto de posições majoritárias na Câmara e no País. Isso é muito ruim para o futuro do Senado. Acho que a discussão sobre o unicameralismo aumenta muito devido ao Senado fazer uma contravenção muito conservadora em geral.

O sr. pessoalmente é a favor ou contra o unicameralismo?

— Essa é uma questão que precisa ser mais maduramente discutida. O unicameralismo nos daria vantagens de um funcionamento melhor do legislativo. O Senado tem um apoio doutrinário muito forte, que é a representação da Federação. Eu diria que é muito provável que o melhor ponto de equilíbrio seria que o Senado tivesse determinadas competências que já tem e outras, mas não a competência de casa revisora no normal da legislação. No caso da emenda constitucional entraria, em determinados tipos de lei seria necessário ouvir o Senado. No comum da legislação o Congresso funcionaria unicameralmente. A Câmara seria o grande órgão legislativo e o Senado aprovaria os ministros, o procurador-geral, o presidente do Banco Central, os embaixadores, o Senado teria uma outra função. Seria uma espécie de Conselho de Estado em momentos de crise, uma função assim.

Câmara e Senado devem ou não funcionar durante o trabalho da Constituinte?

— Não devem. A Constituinte tem de ser ágil e rápida, tem de merecer atenção exclusiva. A Comissão Representativa é a melhor idéia que surgiu até agora.

A Constituinte deve se manifestar sobre isso já no dia 1º, não deixar nem que se elejam as Mesas da Câmara e do Senado, para evitar o fato consumado. Deve haver apenas uma Mesa, a da Constituinte, prevendo-se um secretário para administrar os serviços do Senado e outro secretário para administrar a Câmara. São engrenagens enormes, que têm de ser postas a serviço da Constituinte. Não pode haver uma Mesa da Câmara e uma Mesa do Senado mandando sobre a burocracia do Congresso. Quem aposta nisso, trabalha para isso, é gente que sempre agostou muito dos serviços administrativos, são ligados à burocracia e querem postos.

Há forças que querem os postos, especialmente essas forças ligadas à burocracia da Câmara e do Senado. Tem gente que sempre gostou muito dos serviços administrativos. Essas forças apostam na possibilidade de a Constituinte não resolver essa questão antes da eleição da mesa e do Senado para torná-la um fato consumado.

A Constituinte tem a soberania. No entanto, já se levanta aqui e ali que sua legitimidade popular é um pouco contestada pela quantidade imensa de votos em branco e votos nulos nas eleições para o Senado e a Câmara Federal.

O que o sr. acha dessa Constituinte?

— Não é uma questão de legitimidade jurídica, mas é uma questão política interessante. É interessante discutir o espectro real da representatividade da Constituinte, que já foi obstruída digamos pela sua forma congressual de eleição, que já foi obstruída por aspectos do momento histórico que se vive — e nunca seria diferente.

Numa das eleições de maior presença do eleitorado — o percentual de ausentes foi muito pequeno, devido ao recadastramento, que deu uma verdade eleitoral para o País —, porque houve tantos votos desperdiçados?

Reconheço que um dos fatores seja o protesto, mas a verdade é que há outros, como a dificuldade da cédula, a falta de um tratamento melhor para o analfabeto ou o semi-analfabetado, pela complicação de eleger dois senadores, e portanto muita gente que votou em um senador já conta um voto branco. E nós estávamos

“Nos últimos anos, o Senado se transformou em contraponto da Câmara.”

acostumados a votar em um só. Fazia 16 anos que não votávamos para dois senadores.

Agora, é de se chamar a atenção para os pessimistas que achavam que seria uma Constituinte dominada pelo Poder econômico. Não é bem essa a verdade eleitoral que está aparecendo.

O sr. acompanhou o resultado das eleições aqui em Brasília? Aqui a derrota do poder econômico foi quase absoluta.

— Sem dúvida que a eleição na Capital Federal foi interessante. A Capital Federal dá sempre uma cidade multicolorida politicamente. Já foi no passado, quando não se podia aferir pelo voto, mas se aferia pelas manifestações, e pelas características de uma capital nova será sempre uma cidade multicolorida.

E o sr. acha que esse resultado "interessante" se repetiu em boa parte do resto do País?

— Não com essa intensidade. Mas a presença das forças progressistas é melhor do que previam as análises feitas antes das eleições.

Especificamente, em que lugares ocorreu isso?

— Vou dar um exemplo. Previa-se a derrota de praticamente todos os progressistas de Pernambuco, substituídos por afiliados do poder econômico. A reeleição dos deputados progressistas de Pernambuco, dentro do PMDB, deu-se cabalmente. E até a reeleição do deputado que optou pelo PCB. Então não houve em Pernambuco a tão propagada substituição de deputados como Egídio Ferreira Lima, Cristina Tavares, Roberto Freire e outros. E assim foi meio generalizado.

E no Rio Grande do Sul?

— No Rio Grande do Sul, como em alguns estados do Centro-Sul do País, despotam uma nova força que tem de ser bem estudada, porque é a força dos meios de comunicação ou dos comunicadores. Eu sou uma pessoa que fez trabalho de imprensa, de rádio, de televisão antes de ser eleito. Nossa presença no Congresso não é errada. Agora, se essa presença se dá única e exclusivamente pelo vínculo com o meio de comunicação — se a pessoa se elege exclusivamente porque aparece —, então isso é muito perigoso para a sociedade. Tem que no futuro o poder da comunicação substitua o poder do dinheiro em termos de distorção da vontade do eleitor.

Isso leva a outra discussão, que vai ser das mais fortes na Constituinte, que é o controle pelo Estado dos meios de comunicação modernos, eletrônicos. Como o Sr. vê essa questão?

— Só há liberdade de expressão ou liberdade de informação se o cidadão tem como fazer um certo controle sobre os meios que lhe informam. Acho que não é liberdade de expressão eu ter o direito de impor um padrão cultural ao País através de um meio de comunicação. É difícil de discutir isso, é o futuro que está chegando à nossa casa. Mas eu sugeriria por exemplo que rádios e televisões tivessem conselhos de programação com participação direta da comunidade que hoje a comunidade está indefesa em relação a quem controla a comunicação, seja o Estado ou o particular. Então o que me preocupa é que a informação seja do controle público. E público não quer dizer estatal, e sim da comunidade. Este é o grande desafio. Quem conseguir desatar esse nó inventou a sociedade do futuro.

O sr. se referiu a uma possível substituição do poder econômico pelo poder da comunicação na manipulação da vontade eleitoral. Sempre que se fala em democracia, acrescenta-se o adjetivo representativa. O sistema representativo, pela via eleitoral, é correto? E possível alcançar a igualdade de oportunidades dos candidatos?

— A democracia é uma tendência para a igualdade. Então nós temos de manter a tendência. Mas as situações são concretas: nós vamos resolvendo problemas, contornando dificuldades, afastando vícios. Se nós chegássemos à igualdade perfeita, chegaríamos à democracia perfeita, e isso é utópico. Temos sim de manter a tendência à igualdade. O sistema representativo é um bom sistema. Perfeito? Não. Ele é obra humana. Mas se ele estiver tendendo à perfeição, ele está no caminho certo. No Brasil, que guarda uma sociedade avançada ao lado de uma sociedade atrasada, as imperfeições do sistema são muitas, não apenas essas.

Estou cheio de cartas aqui no meu gabinete de gente pedindo dinheiro para votar em mim.

O sr. pensa que é um defeito do sistema representativo que o PMDB se transforme num partido tão poderoso, tão majoritário nacionalmente? Isso envolve algum risco?

— Riscos existem, mas acho que não há qualquer

“Ela vai ser instalada como convém: com as mãos totalmente livres: é bom?”

tendência à mexicanização. Estamos num momento constituinte, e aquela instabilidade das instituições a que me referi vai atingir também o sistema partidário. Não este partido ou aquele partido: vai atingir o sistema partidário. A Constituinte é um processo de criação do novo. As bancadas vão se dividir, vão se organizar, vão se articular muito em função dos assuntos mais de fundo. Então, nós estamos vivendo um período tão mudancista no País que

não há consolidação de um partido arrasadoramente majoritário ao ponto de não sobrar oxigênio para os outros.

O presidente Sarney outro dia se referiu à Primavera de Praga, à ameaça permanente dos tanques. Diante do quadro de instabilidade causada pela própria constituinte, o sr. acha que essa ameaça dos tanques existe no Brasil ainda?

— Eu espero que a democracia nascente no Brasil seja mais forte que esse tipo de ameaça. Agora, ignorar os riscos é inconsequente, e existem alguns problemas sérios. Foi necessário tirar poder da área militar. Quem perde poder, perde status e é claro que fica numa posição desconfortável. A área militar está numa posição muito desconfortável com o Plano Cruzado, tanto que houve até reações públicas que foram punidas. E reações reservadas aconteceram nos pafletos, nos votos das urnas que estiveram em regiões militares e assim diante.

Há um desconforto muito grande em alguns segmentos militares. No momento em que nós vivemos, de profunda instabilidade, é natural que nós todos nos

sintamos no desconforto. A resposta a isso tem de ser a competência, a seriedade e a agilidade da Constituinte. Uma Constituinte travada, desmoralizada por pequenas coisas, como o Congresso foi durante todo esse tempo, é algo muito perigoso para o País. Temos de deixar para brigar nas coisas realmente importantes.

Se a Constituinte ficar travada, estaremos conduzindo este País a uma crise sem precedentes — assim como temos a chance de, resolvendo bem a Constituinte, criar uma porta aberta a uma sociedade melhor no Brasil.

A Constituinte estaria então reinaugurando a Nova República?

— Olha, acho que a Constituinte inaugura a Nova República. Só haverá uma Nova República no País com uma nova Constituinte, um novo pacto nacional. Até aqui nós estamos abrindo as portas para a Nova República. E a Nova República será aquela que for votada pela Assembleia Nacional Constituinte. E espero até que seja ratificada em plebiscito pela população.

O sr. é socialista?

— Sem dúvida.

“A Constituinte tem de ser ágil e rápida, tem de merecer atenção exclusiva.”